

PROCESSO TCE Nº 124.314
ENTIDADE: Companhia de Desenvolvimento Industrial do Estado do Acre-CODISACRE
NATUREZA: Prestação de Contas
OBJETO: Prestação de Contas da Companhia de Desenvolvimento Industrial do Estado do Acre, exercício de 2016
RESPONSÁVEL: João Pereira da Costa (Diretor-Presidente)
PROCURADOR:
RELATORA: Cons.^a Naluh Maria Lima Gouveia

ACÓRDÃO Nº 11.120/2019/PLENÁRIO

EMENTA: Prestação de Contas. Regular com Ressalva. Companhia de Desenvolvimento Industrial do Estado do Acre-CODISACRE. Notificação. Dar ciência. Encaminhamento ao MPE/AC. Arquivamento.

Vistos, relatados e discutidos os autos do processo acima identificado, acordam os Membros do Tribunal de Contas do Estado do Acre, **por unanimidade**, nos termos do voto da Conselheira-Relatora, em: **1)** Pela **emissão de Acórdão**, com fundamento no inciso II, do artigo 51, da Lei Complementar Estadual nº 38/1993, considerando **regular com ressalva** a Prestação de Contas da Companhia de Desenvolvimento Industrial do Estado do Acre- **CODISACRE**, exercício de 2016, tendo como responsável o Senhor **João Pereira da Costa** (Diretor-Presidente), à época, valendo como ressalva, o contido nas alíneas: “a”; “b”; do voto, parte integrante deste acórdão; **2)** Pela **notificação** do atual Diretor Presidente da **CODISACRE**, para tomar ciência desta decisão para adotar as devidas correções, em relação a regularização dos Bens Imóveis junto ao Cartório de Imóveis para as próximas edições da matéria, sob pena de responsabilidade legal; **3)** Dar ciência ao Governador do Estado e ao Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Acre do resultado apurado por esta Corte de Contas, para conhecimento e providências no que diz respeito á inoperância da **CODISACRE**, em desacordo com a prática da eficiência exigida da Administração Pública; **4)** Encaminhar cópia dos autos para o

MPE/AC, para conhecimento e demais providências; **5) Dar ciência ao Senhor João Pereira da Costa**, do teor desta decisão; **6) Decisão:** o Colegiado decidiu, por unanimidade, nos termos do voto da Conselheira-Relatora **Naluh Maria Lima Gouveia**. **Divergiu**, em parte, a Conselheira **Dulcinéia Benício de Araújo** ao discordar do encaminhamento dos autos ao Ministério Público Estadual/AC; **7) Após às formalidades de estilo, pelo arquivamento do feito.**

Rio Branco-Acre, 31 de janeiro de 2019

Conselheiro **Antonio Cristovão Correia de Messias**
Presidente do TCE/AC

Conselheira **Naluh Maria Lima Gouveia**
Relatora

Conselheiro **José Augusto Araújo de Faria**

Conselheiro **Valmir Gomes Ribeiro**

Conselheiro **Antonio Jorge Malheiro**

Conselheiro **Ronaldo Polanco Ribeiro**

Conselheira **Dulcinéia Benício de Araújo**

Conselheira Substituta **Maria de Jesus Carvalho de Souza**

Fui presente:

Anna Helena de Azevedo Lima

Procuradora do MPE/TCE/AC

PROCESSO TCE N° 124.314
ENTIDADE: Companhia de Desenvolvimento Industrial do Estado do Acre-CODISACRE
NATUREZA: Prestação de Contas
OBJETO: Prestação de Contas da Companhia de Desenvolvimento Industrial do Estado do Acre, exercício de 2016
RESPONSÁVEL: João Pereira da Costa (Diretor-Presidente)
PROCURADOR:
RELATORA: Cons.^a Naluh Maria Lima Gouveia

RELATÓRIO

1) Cuidam os autos da Prestação de Contas da Companhia de Desenvolvimento Industrial do Estado do Acre, exercício de 2016, de responsabilidade do Senhor **João Pereira da Costa (Diretor-Presidente)**, tendo o Senhor **Manoel Wanes Machado Peres**, sob o registro profissional nº CRC/AC 922/0-5, responsável pela contabilidade da CODISACRE, durante o referido exercício. A documentação foi protocolada neste Tribunal no dia 19/04/2017, conforme verificado no Sistema de Prestação e Análise de Contas do TCE/AC, **dentro** do prazo estabelecido, no art. 2º, § 2º, II, “f” da Resolução TCE-AC nº 087/2013. Quanto ao quesito **integralidade** da documentação encaminhada a esta Corte de Contas, observa-se a ausência de peça obrigatória conforme determina a Resolução supra citada, em seu Anexo X, no tocante a Atualização do Inventário de Bens Imóveis. Segundo a 3ª IGCE, a análise das contas em comento foi realizada em observância às normas contábeis e sob a ótica da legislação¹ aplicada à Administração Pública.

2) A análise técnica preliminar procedida pela DAFO/3ª IGCE, fls. 140/152, apurou os seguintes resultados:

¹ Lei nº 6.404/76.
Processo nº 124.314

a) O Rol dos Responsáveis o Demonstrativo encontra-se no Sistema Eletrônico de Prestação de Contas do TCE (fls. 1 e 2), contendo às informações obrigatórias dos gestores. No entanto, nota-se a ausência do nome do contador, Senhor **Manoel Wanés Machado Peres²**, responsável pela contabilidade no referido exercício. Desta forma atende parcialmente a Resolução TCE/AC nº 87/2013.

b) O Orçamento Anual para 2016 foi destinado inicialmente para às despesas da Companhia o valor de R\$ 2.797.431,41, somado ao valor de créditos adicionais suplementares de R\$ 1.623.499,00, resultou em um montante final de R\$ 4.420.930,41 (fl. 141).

c) O Balanço Financeiro (fls. 141/142), de acordo com o apurado pela 3ª IGCE, apresenta um saldo de R\$ 10,82, valor este detalhado no extrato bancário da conta bancária nº 41.511-1 (Caixa e Equivalente de Caixa), devidamente registrado no Balanço Patrimonial da CODISACRE (fl. 144). O Demonstrativo das despesas revela que o valor de R\$ 4.070.148,33 (fl. 141), destina-se **82,91%** para custear folha de pagamento e obrigações patronais e para amortização da dívida registra um percentual de **15,56%** do orçamento. Segundo Declaração do próprio gestor (fl.45), a Companhia se encontra com suas atividades praticamente paralisadas e acrescenta *“A Companhia tem como política de atuação dar continuidade aos objetivos estabelecidos pelo Governo do Estado, através de seu corpo técnico e administrativo à disposição dos diversos Órgãos do Governo, mantendo em dias todas as obrigações com salários e encargos sociais, a também dívidas parceladas realizadas entre a CODISACRE e os Órgãos Públicos Federais”*.

² O nome do contador aparece na Declaração de Veracidade.

d) Com relação ao Resultado Patrimonial do exercício, a 3ª IGCE constatou que as Demonstrações Contábeis foram publicadas no DOE nº 12.035 de 19 de abril de 2017, do Balanço Patrimonial da Companhia e seus resultados, visto às folhas 142/144), refletindo nos resultados a situação de paralisia operacional que a Companhia se encontra. No tocante a Bens Imóveis, está registrado o valor de R\$ 304.843,21 referente ao 01 (um) prédio em alvenaria medindo 864 m², onde funciona a sede da CODISACRE e 01 (um) galpão em madeira e alvenaria medindo 112 m². Ocorre que os imóveis possuem escritura, entretanto, não foram registrados no Cartório de Imóveis, necessitando de regularização para às próximas edições da matéria.

e) Parecer do Controle Interno e Conselho Fiscal (fls. 146/147), opinaram pela **regularidade** das contas referentes ao exercício de 2016.

f) Em relação as prestações de contas referentes aos exercícios de 2013 (processo nº 19.023.2014-50-Acórdão nº **10.671/2018**-Plenário); 2014 (processo nº 20.156.2015-60-Acórdão nº **9.483/2016**-Plenário) e 2015 (processo nº 22.101.2016-50-Acórdão nº **10.526/2017**-Plenário), foram classificadas em decisão do leno, como **Regular com Ressalva**.

3) Regularmente citado, em homenagem aos princípios constitucionais da ampla defesa e do contraditório (art. 5º, LV, CF/1988) c/c art. 66 da LCE nº 38/1993, o Senhor João Pereira da Costa (Diretor-Presidente), **não aproveitou** a oportunidade (fls. 155/159).

4) Às fls. 162 e 163, o Ministério Público de Contas junto a este Tribunal manifestou-se em pronunciamento da lavra da ilustre Procuradora Anna Helena de Azevedo Lima.

5) Na forma regimental, os autos foram distribuídos, 12 de maio de 2017.

É o relatório.

Rio Branco – Acre, 17 de dezembro de 2018.

Cons.^a Naluh Maria Lima Gouveia

Relatora

PROCESSO TCE N° 124.314
ENTIDADE: Companhia de Desenvolvimento Industrial do Estado do Acre-CODISACRE
NATUREZA: Prestação de Contas
OBJETO: Prestação de Contas da Companhia de Desenvolvimento Industrial do Estado do Acre, exercício de 2016
RESPONSÁVEL: João Pereira da Costa (Diretor-Presidente)
PROCURADOR:
RELATORA: Cons.^a Naluh Maria Lima Gouveia

VOTO

**O EXMA. SENHORA CONSELHEIRA NALUH MARIA LIMA GOUVEIA
(Relatora):**

- a) Considerando que foi detectado pela área técnica a existência de 02 (dois) imóveis inscritos no Balanço Patrimonial (bens imóveis), no valor total de R\$ 304.843,21, **sendo:** 01 (um) prédio em alvenaria com área de 864 m², onde funciona a sede da Companhia e 01 (um) galpão em madeira e alvenaria, medindo 112 m², com escrituras, porém, sem o devido registro no Cartório de Imóveis, necessitando de regularização desse patrimônio;
- b) Considerando ainda, que os demais eventos ocorridos podem ser considerados falhas formais e impropriedades contábeis não representam, a princípio, prejuízo ou risco de dano ao Erário e que devem ser corrigidos e ajustados para as próximas edições da matéria.

Em face do acima exposto, VOTO:

1) Pela **emissão de Acórdão**, com fundamento no inciso II, do artigo 51, da Lei Complementar Estadual nº 38/1993, considerando **regular com ressalva** a Prestação de Contas da Companhia de Desenvolvimento Industrial do Estado do

Acre – CODISACRE, exercício de 2016, tendo como responsável o Senhor **João Pereira da Costa** (Diretor-Presidente), à época. Valendo como ressalva o contido nas alíneas: “a” e “b”, acima relacionadas.

- 2) Pela **notificação** do atual Diretor Presidente da CODISACRE, para tomar ciência desta decisão para adotar as devidas correções, em relação a regularização dos Bens Imóveis junto ao Cartório de Imóveis para as próximas edições, sob pena de responsabilidade legal.
- 3) Dar ciência ao Governador do Estado e ao Presidente da Assembleia Legislativa do resultado apurado por esta Corte de Contas, para conhecimento e providências no que diz respeito a inoperância da CODISACRE, em desacordo com a prática da eficiência exigida da Administração Pública.
- 4) Encaminhar cópia dos autos para o MPE/AC, para conhecimento e demais providências.
- 5) Dar ciência ao Senhor João Pereira da Costa do teor desta decisão.
- 6) Após as formalidades de estilo, pelo **arquivamento** dos autos.
- 7) **É como VOTO.**

Rio Branco – Acre, 24 de janeiro de 2019.

Cons.^a Naluh Maria Lima Gouveia
Relatora

PROCESSO TCE N° 124.314
ENTIDADE: Companhia de Desenvolvimento Industrial do Estado do Acre-CODISACRE
NATUREZA: Prestação de Contas
OBJETO: Prestação de Contas da Companhia de Desenvolvimento Industrial do Estado do Acre, exercício de 2016
RESPONSÁVEL: João Pereira da Costa (Diretor-Presidente)
PROCURADOR:
RELATORA: Cons.^a Naluh Maria Lima Gouveia

CERTIDÃO DE JULGAMENTO

“**Certifico** que o presente processo foi apreciado por esta Corte de Contas na 1.352ª Sessão Plenária Ordinária realizada no dia 31 de janeiro do corrente ano, presidida, pelo Conselheiro-Presidente **Antonio Cristovão Correia de Messias**. Participaram do julgamento os Conselheiros **José Augusto Araújo de Faria, Valmir Gomes Ribeiro, Antonio Jorge Malheiro, Ronald Polanco Ribeiro**, as Conselheiras **Dulcinéa Benício de Araújo e Naluh Maria Lima Gouveia** e a Conselheira Substituta **Maria de Jesus Carvalho de Souza** e como Representante do Ministério Público de Contas, a Procuradora **Anna Helena de Azevedo Lima**. **Decisão:** O Colegiado decidiu, **por unanimidade**, nos termos do voto da Conselheira-Relatora **Naluh Maria Lima Gouveia**. **Divergiu**, em parte, a Conselheira **Dulcinéa Benício de Araújo** ao discordar do encaminhamento dos autos ao Ministério Público Estadual (fl. 167).

Rio Branco-Acre, 20 de fevereiro de 2019.

Conselheira **Naluh Maria Lima Gouveia**
Relatora